

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.101 - MG (2019/0046901-2)**

AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

AGRAVADO : MARIA DE LOURDES OLIVEIRA

ADVOGADO : CLAUDIA MARIA PEREIRA - MG070018

**DECISÃO**

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ajuíza agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (fl. 338):

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCONTOS INDEVIDOS. PRETENSÃO ADMINISTRATIVA DE REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. DESCABIMENTO. RECEBIMENTO DE BOA -FÉ.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.244.182, PB, relator o Ministro Benedito Gonçalves, processado sob o regime do art. 543-C do Código de Processo Civil, consolidou o entendimento de que "quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa -fé do servidor público" (DJe 19/10/2012).

2. Não se mostra razoável admitir-se a devolução de valores recebidos de boa -fé, máxime quando o pagamento de forma indevida foi determinado pela própria Administração Pública.

3. É certo que a Administração tem o poder -dever de rever seus atos reputados ilegais ou inconvenientes, com o fim de corrigir equívocos no pagamento de seus servidores. Entretanto, não justifica o ato administrativo que visa à reposição ou indenização ao erário sem a observância ao devido processo legal, o que o torna passível de correção pelo Poder Judiciário.

4. Honorários advocatícios mantidos conforme fixado na sentença recorrida.

5. Como consequência lógica da premissa antecedente de que indevida a cobrança alusiva a verbas alimentares auferidas de boa -fé (RG-REsp nº 1.244.182/PB), tem-se, em conclusão harmônica (silogismo) - que não se legitimam os descontos correlatos efetuados pelo ente público ("sponte propria"), antes e/ou no curso da demanda. É que a virtude da boa -fé - frise-se - há ou não, não se podendo, pois, dimensioná-la ou flexibilizá-la para a exótica figura da "fé mais ou menos boa".

6. O fato de a Administração Pública então ter-se antecipado em cobrar a suposta dívida que, posta sob o crivo judicial, revelou-se - todavia - ao final indevida, não tem o poder de transmutar (retroativamente) a natureza ou quilate da consciência ao tempo do fato gerador.

7. Há quem afirme que proteger o servidor/segurado (e/ou pensionista) em caso tal seria induzir o seu enriquecimento ilícito, porque a verba, ao fim e ao cabo, mostrou-se, de fato, descabida, pragmatismo, contudo, que - em realidade - apenas se prestaria e se prestará para que a

Administração Pública, doravante, rapidamente providencie os descontos (ainda que de verbas com razoáveis contornos de boa-fé e caráter alimentar), pois, mesmo que o Judiciário ulteriormente as afirme de impossível cobrança do beneficiário, tais, porém, já terão sido cobradas/descontadas, fecho de raciocínio que, se preponderasse, configuraria um sofisma e denotaria desprestígio às decisões judiciais: a força do comando judicial não pode incidir contra ele próprio.

8. Apelação do INSS não provida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 353-360).

Em suas razões especiais a autarquia previdenciária alega, inicialmente, que o Tribunal *a quo* violou o art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, deixou de se manifestar acerca da necessidade de devolução ao erário dos valores recebidos a maior pelo segurado, ainda que de boa-fé.

Alega, ainda, afronta aos arts. 53, 54 e 115, II, da Lei n. 8.213/91, que permitem a nulidade de ato administrativo ilegal, como na hipótese, em que fora efetuado o pagamento de parcelas prescritas.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Decido.

Em relação à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula.

Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao referido dispositivo, o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

Sobre o assunto, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA N. 284/STF.

I - Não se conhece do recurso especial com alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. Necessidade de reexame de fatos e provas para modificar o entendimento do Tribunal de origem quanto à regularidade da dissolução da sociedade empresária. Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 962.465/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão,

Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CSLL. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A genérica alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro, atrai o óbice da Súmula 284 do STF.

2. É vedada a análise das questões que não foram objeto de efetivo debate pela Corte de origem, estando ausente o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Quanto à elevação da alíquota da CSLL, o aresto recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, que considera que a Instrução Normativa n. 81/99 não desbordou dos limites da MP 1.807/99.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 446.627/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 17/4/2017.)

Ademais, o acórdão recorrido foi enfático ao considerar que "[...] apenas a boa-fé do servidor beneficiado não o exime de repor aos cofres públicos o montante que lhe foi pago indevidamente por erro da administração [...]" (fl. 332).

No sentido, o fato de a decisão ser contrária ao interesse da parte, não dá ensejo à oposição de embargos declaratórios sob alegação de suposta omissão, *in casu*, inexistente.

Quanto à outra alegação, verifica-se que o acórdão recorrido não abordou os invocados artigos da Lei n. 8.213/91, que sequer foram suscitados pela própria autarquia ao opor os embargos declaratórios, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento, ensejando a incidência dos enunciados sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Ainda que se possa ultrapassar tal óbice, considerando que o *decisum* afirmou a possibilidade de Administração rever seus atos tidos por ilegais ou inconvenientes, cabe salientar que em relação à matéria incidem os óbices sumulares n. 283 e 284/STF, na medida em que o recorrente deixou de impugnar o fundamento no sentido de ser necessária oportunizar a ampla defesa à parte que sofreu o prejuízo.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RI/STJ, não conheço do presente recurso especial.

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC/2015, de acordo com os critérios descritos nos §§ 2º e 3º do mencionado artigo, majoro a condenação da verba honorária para 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de março de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator

